

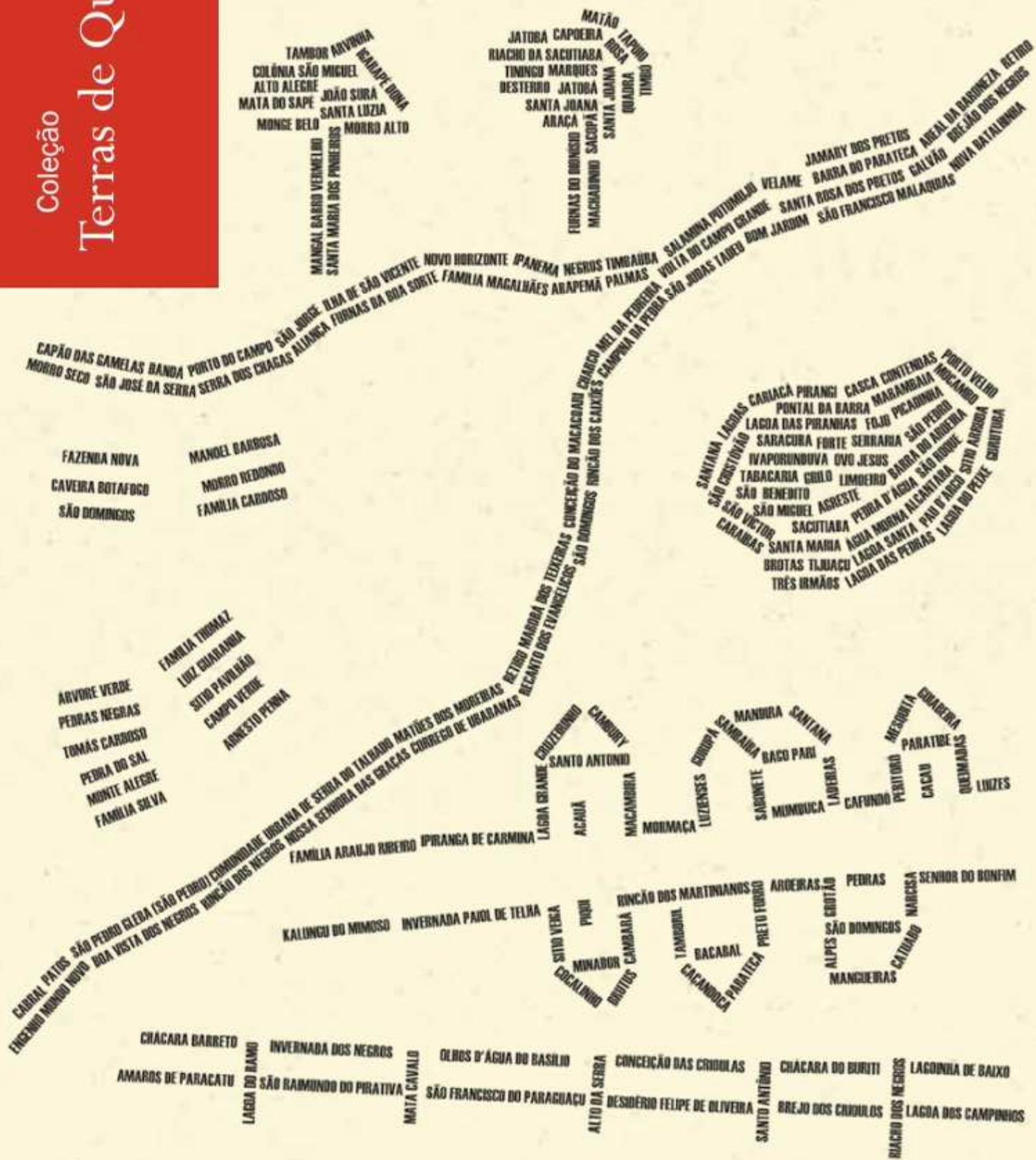


Coleção

# Terras de Quilombos

Minas Gerais

# Comunidade Quilombola Luízes





## As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



# Comunidade Quilombola Luízes

A comunidade quilombola de Luízes fica na Vila Maria Luiza, onde hoje é o bairro Grajaú, área valorizada na região oeste de Belo Horizonte (MG). Em 2008, tinha aproximadamente 80 moradores, distribuídos em 23 casas.

O grupo surgiu quando Maria Luiza, Aurora e Eulália, filhas da ex-escravizada Anna Apolinária Lopes e do ex-dono de escravos Manoel Luiz se uniram aos três filhos de Nicolau Nunes Moreira com Felicíssima Angélica de Jesus: Vitalino, Francisco e Quirino. **Os Luízes traçam sua descendência a partir do casal Maria Luiza Moreira e Vitalino Nunes Moreira, considerados fundadores do Quilombo.**





Os Luízes não estão apenas no Grajaú. Muitos deles vivem no Morro das Pedras e nos bairros Nova Suíça, Salgado Filho, Jardim Canadá, Nova Cintra, bem como nos municípios de Nova Lima, Contagem e até fora do estado de Minas Gerais. A comunidade mantém vínculos com uma extensa rede de descendentes dos antepassados Anna Apolinária e Nicolau. Contando a linhagem desses ancestrais, os Luízes somavam, até 2008, sete gerações e 324 descendentes, entre vivos e falecidos.

**O nome Luízes vem de Manoel Luiz e foi herdado por todos os filhos de Anna Apolinária**, inclusive Maria Luiza, a qual, no nascimento, foi batizada de Maria Luiz. No Quilombo, o nome Luiz foi conservado numa variedade de combinações, como Luisa, Luiza, Lucia, Luis, Maria Luisa, Maria Lucia e Marcellino Luis.

**A importância da linhagem materna fica evidente quando os Luízes contam sua história.** A figura da ex-escravizada Anna Apolinária Lopes, em particular, é carregada de simbolismo para o grupo. Eles a consideram uma grande matriarca e a principal protagonista da história da comunidade, fortemente marcada pela presença e atuação das mulheres.

**(...) desde o começo, a comunidade dos Luízes era comandada por mulheres fortes, guerreiras e corajosas. Portanto, somos uma comunidade matriarcal, cuja matriarca era Anna**



Maria Luiza Moreira, fundadora do Quilombo. Fonte: Arquivo da comunidade.



Tia Vanderlina mostrando objeto de Anna Apolinária. Fonte: RTID

**Apolinária Lopes (Anna escrava, Anna mãe, Anna guerreira, Anna terra) que dava as ordens no quilombo...** (D<sup>a</sup> Maria Luzia. Fala retirada do livro: SIDÔNIO, Maria Luzia. Os Luízes. Belo Horizonte: FAT Editores, 1998).

Ao chegar à região onde hoje se situa o bairro Grajaú, Vitalino construiu uma casa de adobe e, ali, ele e Maria Luiza tiveram seus dez filhos: Iolinda Carmen Pereira; Josílio Lourenço Nunes; Carlos Sidônio; Ana Julia da Silva; Luiza Manoela Moreira dos Santos; Orízia Nunes Ribeiro; Vanderlina Escolástica Nunes; José Mário Moreira; Cordelina Eugênia Nunes e Maria de Lourdes Moreira. **Com a morte de Vitalino, em 1946, muitas memórias sobre a casa foram associadas a Maria Luiza, considerada figura central para a família, dando origem, inclusive, ao nome da vila onde está o Quilombo.**

## A Vila Maria Luiza

**A história da Vila Maria Luiza começou em 1895**, quando o casal Maria Luiza e Vitalino foi morar às margens do córrego Piteiras, na companhia de seus irmãos. **Instalaram-se em terras adquiridas por eles da divisão da Fazenda Calafate, onde mais tarde seria construída a cidade de Belo Horizonte.**

Uma certidão de registro, com a data de 16 de maio de 1896, mostra que uma terra de cultura comum, na Fazenda Calafate, foi transferida a um antepassado da comunidade, chamado Nicolau, que teria comprado, por noventa mil réis, uma área de 6.050 metros quadrados. **Com base nesse documento, o Quilombo de Luízes tem pelo menos mais de um século de história no local.**

Desde o início, a planta Pita ou Piteira tem sido muito presente na área onde o grupo se instalou. Cultivada pelos antepassados, com ela se produziam diferentes instrumentos e artefatos, como cordas, vassouras, balaio e perucas, entre outros.

As primeiras instalações no local se deram nas margens do córrego Piteiras, afluente do rio Arrudas, originado através da escavação

dos Luízes ancestrais para irrigação dos plantios da fazenda. Nesse espaço, havia uma mina d'água ao lado da casa de Vitalino e Maria Luiza, o que garantia o abastecimento de água e diversos cultivos para uso doméstico. Durante um longo período, até aproximadamente o fim da década de 1960, a comunidade retirava o barro das encostas e da água do rio para a fabricação de adobe, utilizado na construção das casas.

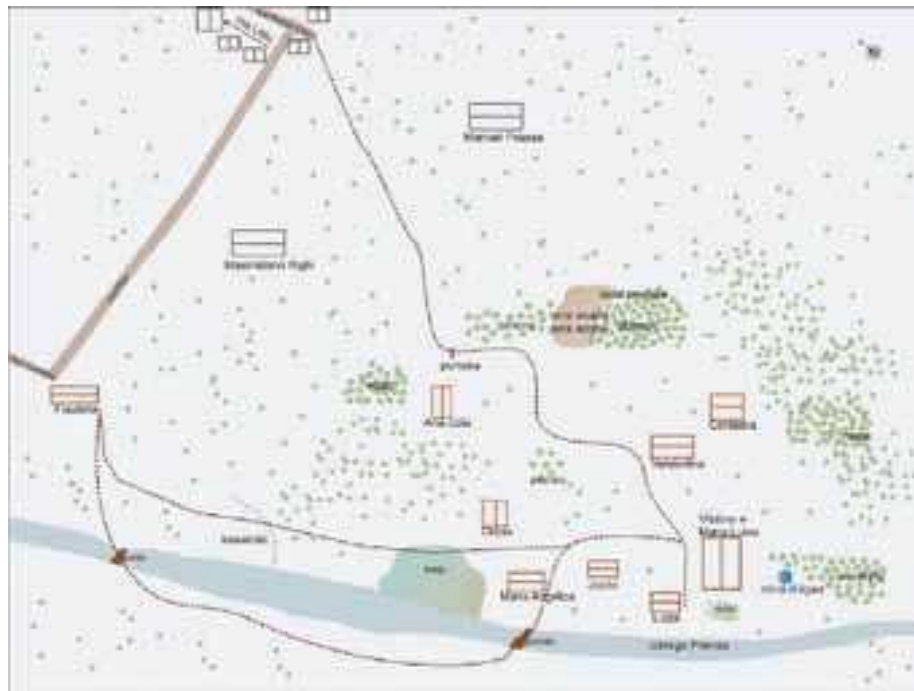
Os Luízes foram ocupando as terras baixas do vale, aproveitando o solo fértil das margens do rio para vários cultivos, como abacaxi, laranja, coco, banana e mandioca. A memória do córrego e da mina se associa sempre à densa vegetação existente no local, tanto pelas lembranças das árvores frutíferas à beira do rio, quanto daquelas plantadas pela comunidade, como as mangueiras, abacateiros, eucaliptos, birosqueiras, piteiras, limoeiro, laranja, goiaba e amora.

**Lembro do córrego, a gente pegava muito peixinho. Tinha muito pé de manga, a gente subia, cortava mato afora, ia lá pro Jardim América passear, que não tinha rua ainda, praticamente. Basicamente mato, tudo.** (D<sup>a</sup>. Maria das Graças).

Além disso, existia uma ampla horta às margens do córrego, cultivada pela avó Maria Luiza para abastecer a família. Muitas ervas eram plantadas na horta e nos jardins das casas. A criação de animais, como galinhas e porcos, bem como a caça de tatu, por exemplo, garantiam o fornecimento de carne.

A comunidade nunca esteve isolada da vida na cidade. Quando as ruas abertas na região ainda eram poucas, **os Luízes se moviam através de trilhas que até hoje são marcas da memória do grupo.** Vitalino e Maria Luiza percorriam esses trajetos para extrair lenha ou vender legumes e verduras na cidade. As trilhas também ligavam os familiares às casas dos parentes, à escola e ao centro de Belo Horizonte. **Transitando por elas, os Luízes davam nomes aos locais e marcavam seu envolvimento com a cidade.**

**O Quilombo dos Luízes surgiu quase ao mesmo tempo em que a cidade de Belo Horizonte. Na medida em que a cidade cresceu, os Luízes são afetados por esse crescimento de um modo muito particular.**



Croqui realizado pelos Luízes, referente ao seu território entre os anos de 1895 e 1950. Fonte: RTID

Hoje, a vila conta com serviços urbanos de água, energia e transporte, mas até 2008 a rede de esgoto ainda era precária. Dos que estudaram, muitos frequentaram as escolas da Avenida Amazonas ou do bairro Alto Barroca. Alguns moradores sobrevivem por meio do aluguel de imóveis e da abertura de pontos comerciais no quilombo, como restaurante, papelaria, borracharia, salão de beleza e estúdio de tatuagem. As mulheres, além do cuidado da casa e dos filhos, costumavam trabalhar como empregadas domésticas, diaristas, cozinheiras ou esteticistas. Atualmente trabalham também como assistentes administrativas, contabilistas, professoras, pedagogas e artesãs. Muitos homens e mulheres da comunidade trabalham fora. O trabalho é visto como um modo de valorizar o próprio grupo, motivo de orgulho.

**Mesmo com as mudanças ocorridas com a expansão urbana, os Luízes dependem do território para sua sustentação econômica.** É ali onde a comunidade sobrevive e alimenta os laços, misturando o urbano e o rural em plena capital do estado de Minas Gerais. Fruto desse modo de viver e em contraste com o restante do bairro, a paisagem natural originária da Vila Maria Luiza está de alguma forma conservada, com árvores frutíferas, algumas plantações, hortas e vestígios de mata preservada. Há ainda algumas criações, como galinhas, porcos e cavalos, embora estas tenham diminuído nas duas últimas décadas.



## Tradições, festas, histórias e saberes

Uma das marcas dos Luízes é a festa de Sant'Ana, celebrada no dia 26 de julho. A pequena imagem da Santa pertencia à Anna Apolinária e acompanha o grupo há mais de um século, ficando sob os cuidados da avó Maria Luiza e depois passada às novas gerações.



Portão de entrada do Quilombo decorado para a festa de Sant'Ana. Fonte: RTID



Estandarte de Sant'Ana. Fonte: RTID

A festa reúne moradores da vila, parentes das regiões próximas e também da cidade de Nova Lima. A celebração é aberta a toda a vizinhança. Durante a festividade, celebra-se uma Missa Conga, antecipada por um cortejo que segue levando a bandeira da santa até a Vila Maria Luiza, entre orações, cânticos, tambores e danças.

Ao fim da procissão, o congado ergue o estandarte no centro do Quilombo, ao pé da árvore *Guapuruvu*, apelidada pelos Luízes como *birosca*. Esse é um local importante para os moradores, onde costumam se reunir e realizar suas festividades e onde planejam construir uma capela.

Logo após a celebração religiosa de Sant'Ana, vem uma grande festa, com comidas, bebidas, danças e capoeira. Em diferentes épocas do ano, os moradores realizam outros eventos e festejos, entre eles, a queima do Judas no Sábado de Aleluia, no qual é encenada a



morte de Judas Iscariotes, homem que traiu Jesus Cristo. A Folia de Reis e a congada são relembradas pelos Luízes como festas tradicionais ligadas aos parentes de Nova Lima e contavam com a presença dos familiares.



Vista para uma das entradas da comunidade com a birosca ao fundo. Fonte: RTID



Confraternização à sombra da birosca. Fonte: RTID



Congado passando pelas ruas do bairro Grajaú. Fonte: RTID



Festa de Sant'Ana. Fonte: RTID.



Dona Vera oferecendo comida na festa de Sant'Ana. Fonte: RTID



A árvore birosca surgiu, segundo os quilombolas, quando a saliva de uma criança entrou em contato com a semente pendurada no pescoço de seu pai. Fonte: RTID

Os Luízes têm muitas histórias sobre seres que povoam as noites do Quilombo, como lobisomens e mulas-sem-cabeça, frequentemente contadas sob a sombra da birosca. **A própria árvore tem sua história. Teria surgido do contato entre a saliva de uma criança e uma semente pendurada no pescoço de seu pai, usada como proteção para garantir o bom nascimento de seus dentes.**

Fazem parte do universo religioso dos Luízes, ainda, as benzeções, que envolvem técnicas de cura pela palavra. Além disso, o grupo transmite, através das gerações, conhecimentos sobre a manipulação de plantas cultivadas e silvestres, facilmente encontradas nos jardins da comunidade e empregadas no tratamento de doenças.

Fazia mesmo era muito chá. Chá de casa mesmo. Chá de funcho pra dor de barriga. Tinha um tal de biso, que é o macalé, era também para dor de barriga. Erva cidreira. Fazia chá de folha de casa mesmo. Existia uma folha lá na horta mesmo. la lá, panhava, fazia um chá. (...) folha de algodão... Se dava furúnculo, colocava folha de fumo em cima... Quando alguém machucava o pé... antigamente pisava muito no xixi de cavalo... eles falavam que era mijação. Eles faziam uma mistura de fumo com álcool e não sei o que é mais e aplicavam um emplastro e colocavam no pé da pessoa. Engraçado que o negócio... Fazia aquelas papas de angu de fubá, de farinha de mandioca... quando machucava o pé, destroncava alguma coisa. (D<sup>a</sup>. Luisa).

## Expansão da cidade e perda de território

Durante muito tempo, desde a fundação de Belo Horizonte, em 1897, a zona oeste da cidade permaneceu como zona rural. A região das Piteiras, coberta por córregos, riachos e solo barroso, demorou a se transformar em uma área residencial urbana.

Nas últimas décadas, entretanto, essa realidade mudou bastante. A partir dos anos 60, a população da Grande Belo Horizonte cresceu muito rápido e, ao mesmo tempo, houve uma maior concentração de pessoas na área central do município. Passo a passo com o crescimento do número de pessoas, avança a abertura de ruas e avenidas e a drenagem de córregos. Em 1966, foi aberta a Avenida Silva Lobo e o córrego Piteiras foi canalizado.

A construção da avenida aumentou o fluxo de pessoas para as imediações da Vila Maria Luiza e marcou o início dos conflitos entre o Quilombo e a vizinhança em formação. A expansão da cidade e a especulação imobiliária parecem querer engolir a terra dos quilombolas. Com o passar das décadas, as expropriações vêm reduzindo o território e modificando drasticamente a vida do Quilombo. Já na época da construção da avenida, a Prefeitura desapropriou parte do terreno dos Luízes, o que, somado às demais ruas próximas, consumiu grande parte de seu território.

O processo de indenização pela construção da Av. Silva Lobo foi conturbado, seu valor não considerava as plantações e benfeitorias realizadas em parte do terreno. Iniciou-se um processo judicial e a sentença foi dada a favor da Prefeitura. Suas consequências ainda repercutem na vida comunitária e até 2008 os moradores não haviam recebido o valor total das indenizações. Desde então, a comunidade perdeu mais da metade de seu território, através de invasões, fraudes e falsificação de documentos. Hoje, a área foi reduzida a cerca de 4.500 metros quadrados, o equivalente a um quarteirão.



Na falta de espaços para viver, surgem conflitos com a vizinhança. Os Luízes são considerados por muitos moradores do bairro como “invasores” de um lugar, que, no entanto, é habitado pelos quilombolas há mais de um século, muito antes da expansão da cidade para a região oeste. O Quilombo às vezes é percebido pelos moradores do Grajaú como um ambiente inadequado à localidade e é chamado de forma pejorativa por alguns vizinhos. A discriminação racial é presente na memória do grupo e atravessa as diferentes gerações dos Luízes.

São os negros, que eles falam, aqueles negros ali. Para eles nós não somos gente. Não falaram diretamente, mas a gente sabe... (D<sup>a</sup> Maria das Graças).

Os moradores da região chamavam a polícia em dia de festa, diziam que aqui não era lugar de negro bater tambor. Não sabem que estamos aqui desde antes mesmo da cidade.

(D<sup>a</sup>. Luzia. Fala retirada da reportagem: Jornal O Tempo, 5/1/2005; suplemento Magazine).

Um acontecimento de grande impacto na vida dos Luízes foi a construção do muro que separou definitivamente a antiga casa de Maria Luiza e Vitalino da mina d’água usada para a irrigação das hortas e o abastecimento das casas. O muro, construído entre as décadas de 1970 e 1980, foi a primeira intervenção “dos invasores” naquele ponto do terreno dos Luízes. Em meados dos anos 1990, o terreno foi repartido e vendido para a construção de dois grandes prédios residenciais: o Edifício San Marino e o Edifício Santa Felicidade.

## A luta pelo Quilombo

Cordelina Eugênia Nunes, filha dos fundadores, liderou forte resistência contra várias tentativas de invasão do terreno. Em 1980, por exemplo, ela registrou uma denúncia contra um vizinho que tentava invadir o território usando violência.

Com a morte de Cordelina, em 1990, por motivos desconhecidos e em circunstâncias suspeitas (atribuída por alguns moradores aos



Cordelina Eugênia  
Nunes. Fonte: Arquivo  
da comunidade.



Antônio Sidônio mostrando área murada por invasores.  
Fonte: RTID

conflitos mantidos com invasores), Maria Luzia Sidônio assumiu a responsabilidade de continuar a luta de sua tia. **Várias medidas de defesa do território foram tomadas, como por exemplo, a realização de denúncias, ações na justiça e a ocupação defensiva de terrenos invadidos.** Os invasores responderam com violência física, xingamentos e ameaças.

**(...) minha tia morreu consertando a cerca. Ela não queria que a rua [Artur Ferrari] passasse. Tia Nina botava arame farpado: “aqui vocês não tomam”. Ela botava arame farpado e eles tiravam...** (D<sup>a</sup> Maria Luzia Sidônio).

Na década de 1990, período em que os conflitos pelo território se intensificaram, uma cerca de arame foi construída nos fundos da casa de Antônio Sidônio, irmão de Maria Luzia. Ele reagiu derrubando a cerca, o que terminou em discussões, brigas e intervenção da polícia. A mesma cerca atingia o quintal de Vera Lúcia Pereira Rocha,

moradora do Quilombo, que tentou impedir a situação, mas o invasor apareceu na área com um grupo de homens armados. Posteriormente, a cerca foi substituída por um muro.

Ao longo dos anos, lutar pelo território tem significado cada vez mais, para os Luízes, proteger a unidade familiar, a ancestralidade comum e a ligação histórica e afetiva com aquele lugar.

Ser Luiz é ter orgulho de ser remanescente de escravos e manter a cultura da pita... é importante mantermos a tradição, voltarmos com nossa missa conga que fazíamos com as guardas do congado da região, quando comíamos pratos com ora-pro-nobis. Para mim, o maior absurdo é a maneira como, apesar de termos a documentação toda, as pessoas foram invadindo aqui pelas beiradas. (Núbia - Reportagem: Jornal O Tempo, 5/1/2005; suplemento Magazine.)

Para defender seus direitos, os Luízes recorreram a diversas instituições públicas, como a OAB, a Corregedoria da Justiça Federal e a Defensoria Pública. Na maioria das vezes, entretanto, não obtiveram resultados expressivos.



Reunião para discutir o perímetro do território pleiteado. Fonte: Equipe NUQ/UFMG



Por outro lado, os jovens Luízes estão cada vez mais envolvidos na luta pelo território e também contra a discriminação racial que a comunidade sofre. Essa luta faz com que eles sintam ainda mais que são parte da comunidade. Tal sentimento é reforçado quando os moradores da Vila Maria Luiza participam de reuniões, assembléias e atividades culturais promovidas pela Associação Quilombola.

Todos nós temos amor nisso aqui, a gente não pode perder isso aqui não, isso aqui é sangue (...) nós temos que dar valor nisso porque só quem já morou aqui sabe o que é. (D<sup>a</sup> Júlia Ferreira da Silva e D<sup>a</sup> Vera Lúcia Pereira Rocha).

Assim, pois, a comunidade quilombola da Vila Maria Luiza resiste às pressões da urbanização e da especulação imobiliária em Belo Horizonte, em um território por eles ocupado e adquirido há mais de um século. A luta da qual participam diferentes gerações do Quilombo mostra que os Luízes resistem na defesa de sua terra, de sua história e de seu modo de ser e de fazer.

Esta narrativa foi escrita por Maria Letícia de Alvarenga Carvalho, a partir do Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Sócio-cultural do Quilombo de Luízes – Belo Horizonte, MG.

Coordenado pelo Prof. Dr. Leonardo H.G. Fígoli com a equipe de pesquisadores do NuQ-UFMG: Dr. Djalma Antônio da Silva, Martin Clausen, Marcos Henrique Barbosa Ferreira, Fabiano Campelo Bechelany, Nikolas Mendes, Mariana Oliveira e Souza, Isadora Teixeira Vilela, e Ana Tereza Faria.

Com informações adicionais fornecidas por Miriam Aprígio, Quilombo dos Luízes.

# Uma palavra da comunidade

## Luízes

Um dos principais anseios da comunidade é ser respeitada e valorizada por suas características étnicas e históricas. Somos negros descendentes de guerreiros lutadores, trazidos da África para gerar riquezas aqui com seus conhecimentos.

A história dos Luízes é muito rica e importante para Belo Horizonte, a grande capital de Minas Gerais. Mostra o poder humanitário e de resistência das nossas heranças africanas. Foi uma grande perda a delimitação do território ter sido alterada favorecendo empreendimentos residenciais.

A comunidade se preocupa com o futuro do quilombo, pois continua a perder partes do território. Recentemente, dois terrenos foram registrados na área pleiteada pelo quilombo e novas construções foram iniciadas por pessoas que não fazem parte da comunidade. A preocupação é maior pelo fato de que, após se instalarem nos terrenos, os invasores não saem mais.

Apesar de tudo, o Quilombo dos Luízes permanece forte e esperançoso na luta por reconhecimento, valorização de direitos, perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A comunidade sonha com o fim da discriminação, do racismo institucional, da pressão e opressão que sofre.

A principal meta dos Luízes, na atualidade, é ter o seu território titulado e a eles devolvido por direito e também ver a história de seus ancestrais, sua história, reconhecida e valorizada na aprendizagem e entendimento, principalmente das crianças e dos jovens em idade escolar.



Trecho em obras da Av. Silva Lobo. Acervo SUDECAP Aproximadamente 1970.



Vista panorâmica a partir da Av Raja Gabaglia. A birosca, no centro da foto, destaca-se na paisagem urbana.



# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Matins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C331c Carvalho, Maria Leticia de Alvarenga  
Comunidade quilombola Luízes / Maria Leticia de Alvarenga Carvalho. -  
Belo Horizonte : FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)  
Baseado no Relatório antropológico de caracterização histórica,  
econômica, sócio-cultural do Quilombo de Luízes – Belo Horizonte, MG.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Relatório antropológico de  
caracterização histórica, econômica, sócio-cultural do Quilombo de Luízes –  
Belo Horizonte, MG. I. Título. II. Série.

CDD:306  
CDU:39

DILMA ROUSSEFF  
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS  
Ministro de Estado do  
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO  
Secretária Executiva do Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES  
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários  
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO  
Coordenadora do Núcleo de Estudos  
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA  
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS  
Coordenação Geral de Políticas para  
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN  
Presidenta do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO  
Diretor de Ordenamento da  
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI  
Coordenadora Geral de Regularização  
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS  
JULIA MARQUES DALLA COSTA  
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS  
Apoio técnico  
Superintendências nos estados



# A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.